

RISCANDO O MAPA PELAS MARGENS: A DIMENSÃO DO ENSINO DAS ARTES NOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS GUARANI MBYA (SC) E TRUKÁ (PE)

STRIPING THE MAP BY THE MARGINS: THE DIMENSION OF ARTS TEACHING IN INDIGENOUS TERRITORIES GUARANI MBYA (SC) AND TRUKÁ (PE)

Débora Caroline Viana Almeida / Udesc
Ana Paula Maciel Soukef Mendes / Udesc

RESUMO

O presente artigo busca estabelecer linhas de diálogos entre duas realidades indígenas diferentes, uma ao sul do Brasil, no estado de Santa Catarina (Povo Guarani), outra no nordeste, estado de Pernambuco (Povo Truká). A partir de vivências experimentadas pelas pesquisadoras nestes contextos, são traçadas aproximações entre as lutas, as realidades escolares e as atuações dos professores nestes territórios, com um olhar para a importância da arte como forma de preservação e construção da memória.

PALAVRAS-CHAVE

Escola indígena; Povo Guarani; Povo Truká; Ensino de Artes; Formação de Professores.

ABSTRACT

This essay creates lines of dialogue between two different indigenous realities, one in southern Brazil, in Santa Catarina (Guarani people), another in the northeast, state of Pernambuco (Truká people). Based on experiences lived by the researchers in these contexts, the text make approximations between the territorial struggle and the school realities of these communities, highlighting the importance of art as a way of preserving and building memory.

KEYWORDS

Indigenous school; Guarani people; Truká people; Arts teaching; Teacher training.

Introdução

Desenhamos no mapa uma reta com os pés e traçamos neste artigo aproximações das experiências de dois distintos territórios indígenas de diferentes regiões do Brasil, partindo dos deslocamentos e encontros de duas pesquisadoras, também de diferentes regiões, que, atuam e refletem em suas pesquisas e práticas pedagógicas a ampliação e a compreensão dos desafios da inclusão da temática indígena no ensino das artes visuais.

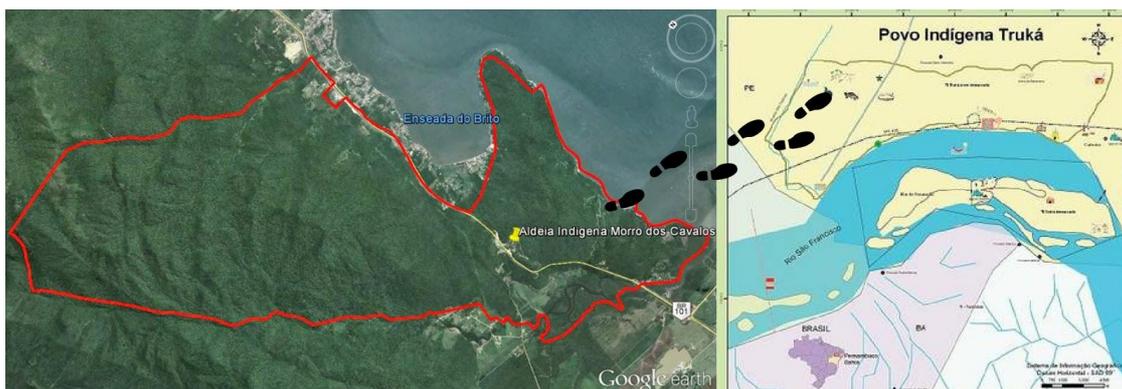


Figura 1. Identificação geográfica do território indígena mbya-Guarani - Aldeia Morro dos Cavalos, sul do Brasil - SC (à esquerda) e território indígena Truká, nordeste do Brasil - PE (à direita). Fonte: Google Earth/ ResearchGate.

Para tal, propõe-se apresentar brevemente a dimensão histórica e geopolítica de cada contexto e discorrer sobre os desdobramentos da luta indígena na educação e no desenvolvimento das produções culturais e estéticas contemporâneas.

Partindo do nordeste, um dos primeiros territórios de contato desde a colonização, incorporou-se às brenhas dos sertões um processo de marginalização da região, um aspecto relevante para compreensão da história dos grupos indígenas – com grande diversidade étnica – que foram compreendidos mediante o contato com as frentes de expansão. O Sertão, no conjunto da história do Brasil foi uma categoria inventada, estereotipada e construída desde a colonização para reportar uma ideia de um lugar deserto, despovoado e vazio, arraigando-se por meio de uma construção diversa, que lhe atribui significados imprescindíveis para a compreensão da conformação do contexto nacional.

Ao longo da história, a ideia de sertão alimentou imaginários e estereótipos construídos a partir de estigmas preconceituosos de miséria, atraso, seca e fome. Essa construção também contribuiu para o apagamento proposital da memória sobre a existência de seus povos originários. O historiador Edson Silva contextualiza que:

Com a determinação oficial para a extinção dos aldeamentos e no ato de medir, demarcar e lotear com destinação de pequenas glebas de terras para umas poucas famílias, os arrendatários e invasores tiveram suas posses legitimadas. Muitos indígenas migraram para as periferias urbanas, dispersaram-se pelas regiões vizinhas aos aldeamentos, outros passam a trabalhar de “alugado” em suas próprias terras agora nas mãos dos fazendeiros. Assim, a partir das últimas décadas do século XIX, ocorreu um silêncio oficial sobre os índios no nordeste. Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de caboclos, condição essa muitas vezes assumida pelos indígenas para esconder a identidade étnica diante das inúmeras perseguições. (SILVA, 2011, p. 314)

Nesse contexto histórico, insere-se o território do povo indígena Truká, pertencente ao aldeamento situado no médio São Francisco, no sertão de Pernambuco, fundado com a ação missionária de *capuchos franceses*, no início do século XVII, é território dos Tapuias Cariris, ou os Cariris (BATISTA, 2005). O território indígena do povo Truká foi secularmente disputado pela coroa, igreja, estado e elites, e ainda nos dias de hoje, lutam pela conclusão do processo de reconhecimento oficial do seu território, tendo apenas a metade da ilha levantada para a demarcação.

Somam-se, de modo indeliberado, os atuais dados dos relatórios de violência contra os povos indígenas, com processos de expulsão de posseiros não-indígenas e assassinatos de suas lideranças na defesa dos seus territórios. Além dos recentes conflitos com o Estado e a Polícia Militar, o território é impactado pela construção da Transposição do Rio São Francisco.

Encontra-se a quase 4 mil quilômetros de distância de Truká, a Tekoá Itaty, aldeia Guarani do Morro dos Cavalos, localizada na cidade de Palhoça (Santa Catarina), trata-se de uma aldeia com um histórico marcante de luta em defesa de direitos territoriais, culturais e educacionais do povo Guarani. Tal como os povos do sertão, também os povos indígenas do sul do Brasil sofreram, e ainda sofrem, um processo de apagamento de suas histórias e a negação de suas presenças.

A Aldeia Itaty engloba um território de 1.988 hectares, cortado pela BR-101 entre os quilômetros 231 e 235 e situado entre a serra e o litoral catarinense. Atualmente, vivem na aldeia entre 30 e 40 famílias da etnia mbya-Guarani. Trata-se de um território tradicional indígena, com comprovações arqueológicas e antropológicas que evidenciam e certificam a presença indígena ancestral. No entanto, ainda hoje o processo demarcatório segue inconcluso.

O processo de demarcação do Morro dos Cavalos teve início em 1993, quando a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) designou um grupo técnico para a identificação do território. Todas as etapas do processo demarcatório foram cumpridas e em 2002 saiu

a aprovação judicial da demarcação. Apesar de já demarcada, a comunidade segue esperando, desde 2002, a homologação – que consiste na assinatura da Presidência da República validando a decisão. Um impasse político que já dura quase 20 anos.

Mesmo depois de tanto tempo de espera, a comunidade Guarani segue mobilizada na luta por seu território, e através das lideranças locais faz as justas cobranças frente ao poder público. Em articulação com entidades da sociedade civil, frequentemente são organizadas manifestações e mobilizações políticas na rodovia que atravessa a aldeia, assim como em espaços urbanos da Grande Florianópolis.

Além dos impasses territoriais, a comunidade também convive diariamente com os conflitos e os perigos que advêm da proximidade com a BR-101 e com o preconceito de comunidades não-indígenas que habitam os entornos, um conflito inflamado pela especulação imobiliária e pelos interesses de terceiros no território. Estas tensões já resultaram em ameaças e violências concretas às famílias da comunidade, que ainda assim seguem em luta pela sua terra.

Pisando em território Indígena no sertão: breves reflexões a partir da experiência do povo Truká, Cabrobó - PE

Fruto de lutas históricas, o território localizado no sertão do São Francisco conta com 13 escolas com oferta de educação infantil, ensino básico e ensino médio. Apesar da não demarcação de seus territórios, Truká possui reconhecimento étnico, é uma península no meio do rio São Francisco, dividido em 27 aldeamentos distribuídos também em ilhas.

Entre os anos de 2014-2018, estive imersa no território enquanto parenta - sou do povo Tacana (Brasil - Bolívia) - e também enquanto pesquisadora. Em minha produção poética com a cerâmica, desloco-me por territórios em conflitos agrários e coleteo a matéria argila de territórios em que a violação de direitos humanos e assassinatos de parentes são uma realidade.

Nascida no corredor bilateral da Amazônia brasileira e boliviana, mas em deslocamentos pelo Brasil, na época, na condição de licencianda em Artes Visuais da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PE), estive entre universidade e movimento indígena do nordeste, onde tive a oportunidade de dialogar e participar de frentes de lutas importantes junto aos meus parentes, povos originários do sertão de Pernambuco, onde aqui destaco os professores de Artes do Território Indígena Truká, localizado na Ilha de Assunção, Cabrobó-PE, onde na ocasião fora realizado uma troca de saberes de cerâmica entre parentes (eu, professora em formação e vinda da Amazônia e os professores do território).



Figura 2. Diálogo na Oficina de cerâmica e trocas de saberes com professores indígenas Truká, 2018.
Autoria: Taísa Magalhães.



Figura 3. Resultado de tinta extraída da argila do território, pintura executada com professores.
Autoria: Taísa Magalhães, 2018.

O contexto de luta e resistência do povo Truká na atualidade é protagonizado por suas lideranças, cacicados e também pela atuação dos professores e professoras representantes da OPIT (Organização de Professores e Professoras Indígenas Truká) dentro e fora do território, estão articulados à COPIPE (Comissão de Professores e Professoras Indígenas de Pernambuco), em consonância e atuação junto à APOIME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES). Segundo afirmam os professores e professoras indígenas Truká:

A organização dos/as professores/as indígenas Truká (OPIT) tem uma coordenação composta por quatorze professores/as do povo e duas lideranças. A OPIT tem como atribuições: representar os professores/as em tudo que diz respeito a Educação diante do poder público, da comunidade e demais organizações; resolver questões internas no âmbito da educação, fiscalizar os recursos destinados a educação; discutir, acompanhar e avaliar ações, programas e projetos que nos dizem respeito; articular os professores(as) para tomada de decisões; promover, organizar e planejar encontros nas diversas aldeias; acompanhar avaliar e garantir o desempenho do projeto político-pedagógico das nossas escolas; participar de todos os eventos da comunidade (OPIT, 2007, p. 50).

A atuação dos professores e professoras indígenas do povo Truká está associada à dimensão de luta e conquista pelo território, portanto, a sua própria organicidade e sentido se desdobra na realidade contemporânea e cotidiana dos processos de luta pela educação intercultural, demarcação, defesa e permanência no território. Nesse sentido os artistas, lideranças e professores de artes lançaram no ano de 2015 o livro intitulado “Arte, Saberes e Memórias do Povo Truká”, o projeto surgiu da necessidade dxs professorxs e lideranças indígenas em ampliar e qualificar a discussão coletiva sobre o ensino da arte, saberes e memórias no currículo de suas escolas.

É a cosmovisão, viver dentro da coisa. Não é só verbalizar, mas viver dentro dela. Isso é maravilhoso porque abre a possibilidade para nós humanos de recriarmos o mundo. Acho que foi isso que Darcy Ribeiro sacou: “Essa gente fica o tempo todo recriando o céu, recriando beleza, chamando a beleza, expressando isso num pote, num bonequinho de barro, num balaiozinho, em tudo”. Isso está em tudo. (KRENAK, 2019, p. 31)

A prática docente dos professores indígenas desvela um referencial estético conectado à luta pelo território, identidade e a memória dos povos originários do sertão. Constata-se, portanto, na experiência dos professores que, o conteúdo formulado na prática pedagógica está presente na difusão, acesso e circulação dos saberes culturais específicos dos povos do sertão do São Francisco em Pernambuco.

Arte, ensino e luta territorial Guarani: breves reflexões a partir de uma vivência de pesquisa na Tekoá Itaty - SC

ISSN 2175-8212 – Anais do 29º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. [recurso eletrônico]. RODRIGUES, Manoela dos Anjos Afonso; ROCHA, Cleomar (Orgs). Goiânia: Anpap, 2020.

Assim como para os povos do sertão do São Francisco, para a etnia mbya-Guarani pensar a realidade escolar e educacional da aldeia é pensar também o território e a luta, pois é a existência do território que garante a sobrevivência material e imaterial do seu povo.

Para os mbya-Guarani, cada aldeia possui uma localização considerada sagrada, e por isso seus territórios são considerados insubstituíveis. Os territórios que habitam foram identificados por seus ancestrais desde muito tempo, e guardam uma memória histórica, espiritual e cósmica muito antiga. Estes locais, muitas vezes revelados em sonhos, são considerados como os espaços que permitem o acesso à *yvy marãey* – a terra da eternidade na cosmologia Guarani.

O caráter sagrado da terra geralmente se revela através da presença de certos tipos de animais e plantas, tal como o pindó (jerivá), uma espécie especial considerada como uma marca da criação divina para os mbya-Guarani (Ladeira, 2008). As aldeias são chamadas na língua própria de *tekoá* – um conceito complexo que designa os espaços sociais, físicos e espirituais que permitem as relações de pertencimento e identidade do povo Guarani. Etimologicamente, *teko* refere-se a modo de ser, lei, costume, cultura, sendo a *tekoá* o lugar que possibilita que esse modo de viver se concretize (Brighenti, 2010).

É importante destacar que dentro das sociedades Guarani a espiritualidade tem um papel e uma presença que atravessa todas as instâncias da luta e da convivência social, podendo-se dizer que todas as ações, das mais cotidianas às rituais, estão conectadas com esta espiritualidade – o cantar, o plantar, o criar, o ensinar.

De acordo com Clastres (1990), é a religiosidade Guarani que mantém vivo seu Eu coletivo e que dá força ao seu espírito de resistência. Para o autor, poucas sociedades experimentam e vivem a religiosidade de forma tão profunda; pode-se dizer que o sagrado atravessa o social de um lado a outro e é isso que sustenta a identidade cultural deste povo.

Para compreender a arte Guarani é essencial ter este aspecto em conta, pois trata-se de uma arte que se estrutura como forma de comunicação com o sagrado. Diferentes autores, tais como Els Lagrou (2009) e Lux Vidal (2007), apontam que de maneira geral a compreensão do que é a arte dentro do universo indígena está conectada aos aspectos da ancestralidade e da espiritualidade, podendo-se dizer que a arte se efetua no âmago do contato com o transcendente. As obras de arte e o ato de criar estão para além de um desejo de simples contemplação estética, mas podem ser entendidas como canais de comunicação com o divino, ou, mais que isso, como emanção espiritual e de poder, tal como se dá com certas pinturas corporais Guarani.

Para o povo Guarani, os símbolos utilizados nos corpos possuem complexos significados sociais e cosmológicos. Por exemplo, uma jovem ao pintar em seu rosto o símbolo dos pés da saracura (*araku pytxã*) ou um menino ao desenhar os bigodes do tigre (*xivii redywa*) invocam para si poderes que estão associados com estes animais. Justamente por isso estes símbolos devem ser utilizados em momentos corretos. Pensar as artes indígenas envolve compreender a estrutura social e organizacional das sociedades, assim como suas formas de ver e pensar o mundo.

Dentro do contexto Guarani a arte se expressa através de diferentes meios e formas, sendo tradicionais deste povo as cerâmicas, as cestarias, os ornamentos corporais, os cantos, as danças e as pinturas. Além de ser um elo com o divino, para a pesquisadora Guarani Alexandrina da Silva (2015), a arte de seu povo é uma forma de manter viva a memória dos ancestrais e preservar a maneira tradicional de viver.

Silva (2015) também destaca que a arte possui ligação direta com a natureza - por exemplo, os grafismos são extraídos da observação dos animais, e o trançado é ensinado pelos padrões existentes na própria natureza. Também é a natureza quem ensina o tempo correto para cada etapa do processo de produção artística - o tempo de coleta, de secagem e de fabricação.

Tradicionalmente, o ensino das artes no contexto Guarani sempre se deu por meio da palavra oral e do observar, onde os mais velhos ensinavam aos mais jovens o modo correto do fazer, e por meio das narrativas contavam as histórias e os ensinamentos contidos no tecer, no pintar, no dançar. Hoje esse processo de transmissão de conhecimentos também se dá por meio da escola, por isso é importante problematizar o modo como a escola dentro do contexto indígena pode fortalecer a cultura, ou, em muitos casos, enfraquecê-la.

Contexto escolar da Aldeia Itaty

A Escola Itaty, localizada na Aldeia Morro dos Cavalos, funciona de maneira diferenciada, com um currículo voltado para a valorização da identidade e do modo de ser Guarani, com ensino bilíngue e apenas com professores indígenas. Mas esta foi uma conquista árdua, que levou tempo para se concretizar.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso para a Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC, Kerexu Yxapyry, importante liderança Guarani no estado de Santa Catarina, pesquisou sobre as diferentes realidades educacionais indígenas em SC, apontando algumas das principais dificuldades enfrentadas pelas escolas. Neste trabalho, ela conta que houve uma longa trajetória para que o Plano Político Pedagógico que hoje

é utilizado na Escola Itaty fosse aceito pelas organizações governamentais – foi um processo que começou em 2006 e só finalizou em 2012.

Embora o ensino diferenciado seja garantido constitucionalmente, existem sempre grandes impasses políticos e administrativos para a construção de uma escola com calendário e currículo autônomos, dificultada por uma incompreensão da sociedade não-indígena sobre os costumes e tradições indígenas. Atualmente, o PPP da Escola Itaty é baseado em algumas particularidades do povo Guarani e inclui quatro principais eixos: a oralidade; a predestinação (a criança como manifestação de outra dimensão astral); as questões de gênero Guarani e a política.

Mirim Gonçalves, professora de Artes na escola, comenta que na atualidade além das formas de arte indígenas, também se ensinam na escola as artes não-indígenas, pois considera-se que estes conhecimentos também são importantes na realidade contemporânea. Há uma percepção cada vez maior da necessidade de entendimento do mundo do *juruá* (brancos) para o fortalecimento da luta e da resistência Guarani.

Entre os anos de 2014 e 2017, como parte do desenvolvimento de minha tese de doutorado, pude realizar junto à Escola Itaty uma série de oficinas de fotografia com as crianças e os jovens Guarani. Nesta experiência, eles puderam constituir um acervo visual sobre alguns temas e também registrar em imagens um pouco de seu cotidiano, da vida na aldeia, do contato com a natureza e da luta política que enfrentam.

Desta vivência, alguns aspectos importantes que pude perceber como pesquisadora dizem respeito à maneira como os alunos utilizam as mídias como um instrumento de luta e o modo como este uso se dá a partir de uma percepção de mundo que é histórica e cosmológica, apontando para a construção de outras formas narrativas que rompem com as perspectivas estigmatizantes e simplistas das narrativas hegemônicas brancas.

Também pude perceber que os alunos valorizam estas novas formas de comunicação não tradicionais de seu povo, pois entendem que elas podem ajudar na sobrevivência de sua cultura, assim como permitem a expressão de um olhar Guarani sobre o mundo. Quando um jovem indígena fotografa, fotografa transmitindo sua identidade cultural, e por isso, pode-se dizer que estas mídias se convertem também em uma forma de arte indígena.

Esta experiência/vivência levou à percepção do quão urgente é a reocupação e democratização dos meios de comunicação e das artes, em prol de outras narrativas e formas de narrar, problematizando assim as histórias únicas que a sociedade não-indígena repetiu por séculos. Cabe retomar aqui, as palavras de Munduruku (2018,

p.189): “Hoje uso o computador, a internet, as câmeras, as tecnologias para expressar antigas convicções. Sei que o faço como um instrumento que sou utilizado pelas mãos invisíveis da Tradição”.



Figura 4. Oficina de fotografia na aldeia Morro dos Cavalos, 2014. Autoria: alunos da Escola Itaty.



Figura 5. Oficina de fotografia na aldeia Morro dos Cavalos, 2014. Autoria: alunos da Escola Itaty.

Considerações entre territórios

Diante do exposto e da conjuntura de instabilidades, subtrações e maiores incertezas frente ao avanço de políticas conservadoras no país, compreende-se a necessidade de pensar com maior efetividade e representatividade a inclusão da temática da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica.

Os desafios verificados após a conquista da Lei 11.645/2008 (obrigatoriedade da temática indígena no ensino de artes) para além dos escassos - quando não ausentes - e pouco confiáveis materiais formativos para os professores não-indígenas ao longo das licenciaturas, entendemos que as lacunas tornam-se ainda mais latentes e problemáticas quando desloca-se da concepção artística e estética a realidade material de luta pela manutenção, defesa, retomada das terras nos atuais casos de massacres e genocídios contra os povos indígenas.

Ao considerar que a produção estética de todos os povos de todas as origens está alicerçada em seu contexto político e social, não podemos continuar a propagar a ideia de que a contribuição dos povos originários está presente apenas em verbetes e na culinária somente. É como afirmar que a contribuição dos gregos está no azeite de oliva e dos italianos no macarrão! Ora, existe uma profunda e complexa dimensão de conexão estética, ficcional, também de luta social presentes nessas produções que muito devem interessar às artes visuais.

O professor não-indígena tem ainda maiores desafios na aproximação dessa temática. A escassez/ausência de pesquisas no campo específico da teoria e história da arte - das produções pré-colombianas até os dias atuais - apresentam uma dificuldade na articulação dessa disciplina além da compreensão que são de naturezas e fundamentos distintos das produções estéticas das academias de belas artes.

Para isso, atenta-se nessas aproximações de diálogo sobretudo para formação de professoras e professores não-indígenas os quais devem atribuir os devidos valores à história e culturas dos povos indígenas, possibilitando o efetivo reconhecimento da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira, de modo a superar situações de discriminações étnico-raciais e o preconceito (quando não o racismo) em relação aos povos originários na contemporaneidade.

Através da aproximação destas duas experiências - geograficamente distantes (Pernambuco e Santa Catarina) - tivemos a intenção de colocar em destaque o sufocamento das histórias e memórias indígenas que tem lugar de norte a sul neste país. Este sufocamento se reflete em nossa realidade social, nos materiais didáticos que insistem em colocar os povos indígenas como povos do passado, nos estereótipos

que cotidianamente vemos reafirmados pelos veículos de comunicação e nas políticas sociais e territoriais que cumprem um papel de continuar - às vezes implicitamente, outras explicitamente - o extermínio dos povos.

Através da luta dos professores indígenas é possível acessar parte das dificuldades que atravessam a tentativa de construção de uma escola diferenciada em meio a um universo não-indígena que pouco se interessa ou compreende sobre as particularidades culturais das etnias. Por isso mesmo este desafio não está separado da luta territorial e da história dos povos. Pensar a arte indígena, assim como a educação escolar, é pensar a política e as condições materiais de sobrevivência que conformam o mundo contemporâneo.

Em última instância, é possível pensar que a luta Guarani, a luta Truká, assim como a luta de qualquer etnia é, acima de tudo, uma luta pelo reconhecimento de sua existência e sua história, reconhecimento este que só pode efetivar-se através da garantia de um território próprio, onde os povos possam viver, criar e recriar suas culturas e memórias de forma digna e justa.

Referências

BATISTA, M.; REJANE R. **De caboclos da Assunção a índios Truká : estudo sobre a emergência da identidade étnica Truká**. Rio de Janeiro : UFRJ-Museu Nacional, 1992.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra: presença Guarani e Estados Nacionais. Florianópolis: EDUFSC; Chapecó: Argos, 2010.**

CLASTRES, Pierre. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

GONÇALVES, Mirim. **Entrevista concedida à autora**. Palhoça, SC, mai. 2020.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.**

LAGROU, Els. **Arte Indígena no Brasil: agência, alteridade e relação**. Belo Horizonte: C/Arte, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **As literaturas indígenas e as novas tecnologias da memória**. In: DELGADO, Paulo Sergio; JESUS, Naine Terena. Povos Indígenas no Brasil: Perspectiva no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual. Curitiba, PR: Brazil Publishing, 2018.

Professoras do Povo Truká: Adriana Maria dos Santos [et al.] - **No Reino da Assunção, Raina Truká**. Belo Horizonte: FALE/UFMG: SEDAC/MEC, 2007.

SILVA, Alexandrina da. **O grafismo e significados do artesanato da comunidade Guarani da Linha Gengibre (desenhos na cestaria)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

SILVA, Edson. **A afirmação indígena no nordeste**. Revista Crítica Histórica, ano III, 2011.

VIDAL, Lux. Grafismo indígena. Editora: Nobel, 2007.

KRENAK, Ailton. **Tembeté-conversas com pensadores indígenas**. Org. sergio Cohn e Idjahure Kadweu. Rio de Janeiro. Azougue Editorial, 2019.

YXAPYRY, Kerexu. **Sistema Nacional de Educação: Um paradoxo do currículo diferenciado das escolas indígenas Guarani da Grande Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

Débora Caroline Viana Almeida

Mestranda em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC/PPGAV, licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Realiza pesquisa no âmbito da formação de professores de artes visuais e relações étnico-raciais. Como artista visual desenvolve pesquisas em processos poéticos por meio da cerâmica. Integra o Grupo de Pesquisa "Educação, Arte e Inclusão" - Udesc, com orientação de Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva. Contato: deboraviana.amazonia@gmail.com.

Ana Paula Maciel Soukef Mendes

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre em Ciências Sociais (UEPG), doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutoranda em Artes Visuais na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Investiga sobre fotografia e memória indígena; história e cultura mbya-Guarani. Integra o Grupo de Pesquisa "Educação, Arte e Inclusão", com orientação de Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva. Contato: anasoukef@gmail.com.